

Desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: ciclos de vida, narrativas autobiográficas e tensões da contemporaneidade

*Marta Kohl de Oliveira, Teresa Cristina Rego e Julio Groppa Aquino**

*La vida no es la que uno vivió,
sino la que uno recuerda
y cómo la recuerda para contarla.
(Gabriel Garcia Marquez)*

Resumo: O presente artigo discute aspectos teóricos e dados empíricos oriundos de uma pesquisa em andamento, a qual objetiva explorar três dimensões complementares das relações entre desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: os ciclos de vida, as narrativas autobiográficas e as tensões da contemporaneidade. Com base na abordagem histórico-cultural e em outras fontes teóricas, o artigo analisa um relato autobiográfico de uma mulher de 58 anos de idade, de baixa renda e com pouca escolaridade, produzido oralmente, em situação de entrevista videogravada. A primeira das três dimensões analisadas é a da periodização do desenvolvimento, este tomado como os modos de inserção dos sujeitos em suas condições de vida históricas e concretas, bem como as múltiplas formas de apropriação de tais condições. A segunda dimensão objetiva explorar de que forma as narrativas autobiográficas contribuem para a compreensão das relações entre o desenvolvimento e a cultura, enfatizando a dupla determinação nas relações entre sujeito e entorno sócio-histórico. A terceira dimensão focaliza as principais repercussões subjetivas das tensões da contemporaneidade, materializadas nas narrativas autobiográficas, cuja significação parece não mais se dar majoritariamente pelas vivências públicas ou institucionais. A discussão realizada permite o questionamento e a superação de postulados sobre linearidade temporal, evolução, continuidade e ordem no processo de desenvolvimento. Em vez de mostrar eventos psicológicos como sendo bem dirigidos e progressivos, a análise dos dados evidencia que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo que inclui, simultaneamente, avanços e retrocessos, bem como ambigüidades, rupturas e descontinuidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento psicológico; constituição de subjetividades; ciclos de vida; narrativas autobiográficas; tensões da contemporaneidade.

Abstract: The present text discusses theoretical aspects and empirical data from an ongoing study whose objective is to explore three complementary dimensions of the relations between

* Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. mkdolive@usp.br, teresare@usp.br, groppaq@usp.br

psychological development and the constitution of subjectivities: life cycles, autobiographical narratives, and the tensions of contemporaneity. Based on the cultural-historical approach and on other theoretical sources, the analysis presented focuses on an autobiographical report, orally produced in a video recorded interview, by a low SES, 58-year-old female, with little schooling. The first of the three dimensions here explored is the issue of the stages of human development, taken as modes of insertion of the subjects in their historical and concrete life conditions, as well as the multiple forms of appropriation of such conditions. The second dimension aims to explore the way in which autobiographical narratives can contribute to a better understanding of the relations between development and culture, emphasizing the double determination in the relations between subjects and sociohistorical surroundings. The third dimension focuses on the main subjective repercussions of the contemporaneity tensions as materialized in the autobiographic narratives, whose meaning seems not to be mainly defined by the public or institutional experiences anymore. The proposed discussion allows the questioning and overcoming of postulates about temporal linearity, evolution, continuity and order in the development process. Instead of showing psychological events as well directed and progressive, the data analysis shows that development must be understood as a process that includes, concomitantly, advance and retrocession, as well as ambiguity, discontinuity, and rupture.

Key words: Psychological development; constitution of subjectivities; life cycles; autobiographical narratives; contemporaneity tensions.

Este artigo apresenta uma discussão sobre aspectos teóricos e dados empíricos oriundos de uma pesquisa em andamento que objetiva explorar três dimensões complementares das complexas relações entre desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: os ciclos de vida, as narrativas autobiográficas e as tensões da contemporaneidade. Com base na abordagem histórico-cultural e em outras fontes teóricas, o artigo focaliza um relato autobiográfico, analisando a constituição da subjetividade por meio dos modos pelos quais o sujeito narra sua própria vida.

Memórias pessoais organizadas em depoimentos autobiográficos são fontes valiosas no esforço de compreensão da constituição da história de cada pessoa. Um sujeito, ao apresentar uma narrativa autobiográfica, delimitado pelas características desse gênero discursivo, organiza a apresentação de seu passado no momento mesmo da narração. Lembrar, portanto, é recriar as experiências passadas com os olhos do presente (BRUNER, 1997; SOARES, 1990; BOSI, 1994). Esse fato ilustra a natureza construtiva do ato de narrar uma trajetória de vida. Visto que as memórias são não apenas individuais, mas também sociais e coletivas (HALBWACHS, 1990), entendemos que as análises de narrativas autobiográficas são potencialmente férteis para uma compreensão geral das várias fontes de constituição dos sujeitos ao longo de suas vidas, bem como dos múltiplos modos de significação construídos na cultura da chamada contemporaneidade.

A abordagem teórico-metodológica proposta permite o questionamento e a superação de postulados sobre linearidade temporal, evolução, continuidade e

ordem no processo de desenvolvimento. Em vez de mostrar eventos psicológicos como sendo bem dirigidos e progressivos, os relatos autobiográficos evidenciam que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo que inclui, simultaneamente, avanços e retrocessos, ganhos e perdas e, principalmente, ambigüidades, rupturas e descontinuidades. Tais relatos também demonstram que o desenvolvimento é imprevisível, repleto de acasos, encontros acidentais e imponderabilidade. Trata-se, assim, de um outro modo de conceber o desenvolvimento humano, pautado agora numa razão complexa, segundo a qual “o passado não prediz o futuro” (LEWIS, 1999).

A primeira das três dimensões das relações entre desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades que vêm sendo exploradas na presente investigação é a da periodização do desenvolvimento, não tomado como a passagem por estágios predefinidos que constituiriam uma marcha natural e universal, mas como modos de inserção dos sujeitos em suas condições de vida históricas e concretas, bem como múltiplas formas de apropriação de tais condições (OLIVEIRA, 2004). Culturas diferentes mapeiam o desenvolvimento de seus membros de diferentes maneiras. Os sujeitos, ao narrarem sua própria história de vida, usam marcadores que identificam pontos de viragem em suas trajetórias de vida, os quais podem ser mais ou menos precisos, indicam normalmente momentos de tensão, contradição ou crise, e, além disso, evidenciam diferentes modos de viver em relação àquilo que é oferecido como possibilidade no mundo cultural: temas, recursos, procedimentos, argumentos, modelos, normas, valores, etc. Os marcadores são idiossincráticos, mas, ao mesmo tempo, dialogam com os pontos de viragem culturalmente estabelecidos e com os significados compartilhados sobre a passagem pelos distintos ciclos da vida.

A segunda dimensão que vem sendo explorada diz respeito às próprias narrativas autobiográficas. As pesquisas sobre narrativas e, em especial, os estudos sobre autobiografias ou sobre histórias pessoais têm constituído, nos últimos anos, um campo de investigação bastante fecundo e interdisciplinar. Cada vez mais o relato autobiográfico parece atrair, por diferentes motivações, estudiosos de várias áreas do saber, dentre elas a história, a sociologia, a semiótica, a antropologia, a psicologia e a educação. Apesar da profusão de estudos que abordam a temática do ponto de vista teórico ou metodológico, os trabalhos que buscam estabelecer relações entre memória, subjetividade e desenvolvimento psicológico ainda são relativamente escassos. Assim, a partir da utilização crítica dos conhecimentos atuais da literatura especializada e da pesquisa empírica, objetivamos trazer contribuições para a discussão da dupla constituição entre cultura e modos de funcionamento psicológico. Trata-se aqui de explorar de que forma narrativas autobiográficas podem contribuir para uma melhor compreensão das relações entre o desenvolvimento psicológico e as práticas culturais que o constituem, enfatizando a dupla

determinação nas relações entre sujeito e entorno sócio-histórico.

Por fim, referendando o pressuposto de que há uma dupla constituição entre sujeito e cultura, a terceira dimensão da pesquisa em andamento focaliza as principais repercussões, nos modos de subjetivação, das tensões sócio-históricas da contemporaneidade materializadas nas narrativas autobiográficas. Ou seja, objetiva-se mapear como o âmbito subjetivo é atravessado pelas intensas transformações levadas a cabo no mundo (pós)moderno, este marcado pela derrocada da lógica disciplinar clássica (FOUCAULT, 1987; 1979). Isso porque os suportes culturais dos processos de subjetivação, mormente as instituições sociais clássicas, encontram-se enredados em processos de desregulamentação (BAUMAN, 1998) ou desinstitucionalização (DUBET, 1998). De certa forma, o próprio gênero autobiográfico talvez represente um artefato cultural de ordenamento subjetivo da sucessão de experiências individuais, cuja significação parece não mais ser regulada majoritariamente pelas vivências institucionais.

A discussão teórica das três dimensões complementares das relações entre desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades dá-se de modo articulado à análise de um relato autobiográfico produzido oralmente, em situação de entrevista videogravada. A pessoa entrevistada – aqui nomeada Antônia – é uma mulher de 58 anos de idade, de baixa renda, com pouca escolaridade. Na época em que nos forneceu seu depoimento, trabalhava como empregada doméstica.

Ela nasceu em 1946 e foi criada num bairro periférico de uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Aí viveu até os 17 anos. Ao longo de sua vida, viveu em algumas outras cidades. Teve cinco filhos (três mulheres e um homem do primeiro casamento, e um rapaz adotado mais tarde) e já é bisavó. Há cinco anos, vive com um companheiro bem mais novo do que ela.

Ela é a segunda filha de uma família de 11 irmãos. Seu pai era mestre de obras e sua mãe, lavadeira de roupas (assim como sua avó paterna). Descreve seu pai como uma figura autoritária, opressora e machista; a mãe como uma pessoa extremamente meiga e submissa.

Antônia freqüentou a escola dos sete aos dez anos, até a quarta série do ensino fundamental. Nessa fase, além de estudar, auxiliava a mãe nos afazeres domésticos e no cuidado dos irmãos mais novos. Embora tenha declarado que gostava de estudar, afirma que foi forçada a abandonar a escola para ajudar a mãe, já que seu pai acreditava que “mulher não precisava estudar”.

Grávida aos 16 anos, escondeu a gestação até o oitavo mês. Temendo a reação do pai, fugiu de casa para se casar. Descreve o casamento como um período extremamente infeliz, de tormento e de martírio, e o marido como um sujeito ignorante e violento (freqüentemente, quando contrariado, ele a agredia fisicamente). Apesar da difícil convivência, Antônia permaneceu casada durante

15 anos. Depois de algumas tentativas frustradas de separação, saiu definitivamente de casa com os quatro filhos quando estava com 32 anos. A partir de então, Antônia adotou um novo nome. De acordo com ela, por duas razões: primeiramente porque não queria ser encontrada pelo marido; em segundo lugar, “porque queria ser uma nova pessoa”.

Como muitas mulheres de sua classe social, Antônia sempre trabalhou muito. Quando criança tinha uma pesada rotina de trabalhos domésticos. Na primeira fase do casamento, além da incumbência da criação dos filhos e das tarefas domésticas, trabalhava no campo, ajudando o marido na plantação e na colheita. Mais tarde, empregou-se por curtos períodos num salão de beleza (na ocasião, chegou a fazer um curso de cabeleireira e manicure) e num hospital (pois havia feito um curso de auxiliar de enfermagem por correspondência). Anos depois, iniciou sua trajetória como empregada doméstica, depois de ter trabalhado como auxiliar de limpeza em cinemas. Depois de separada do marido, realizou atividades de faxineira, operária e balconista. Após um período de desemprego, passou por sérias dificuldades financeiras e começou a trabalhar como recepcionista de uma casa de massagem masculina e, por um determinado tempo, como prostituta. Três anos mais tarde, deixou a prostituição e começou a trabalhar como encarregada de limpeza numa firma especializada e, mais tarde, como diarista em residências, função que exerce até hoje.

Antônia participou da entrevista com entusiasmo e envolvimento, apresentando grande desenvoltura como narradora. Expressou-se com clareza e razoável precisão durante os dois encontros em que nos forneceu seu depoimento, os quais somaram cerca de oito horas. Respondeu as questões propostas com franqueza e espontaneidade. Perspicaz e objetiva, narrou os fatos de sua sofrida vida com certa dose de humor e ironia.

I – Ciclos de vida: a questão da etapização

Uma das temáticas cruciais da pesquisa em foco é a compreensão da organização de diferentes práticas culturais, a construção compartilhada de significados, a internalização de modos de fazer, de pensar e de produzir a cultura em cada âmbito concreto em que se inserem os sujeitos nos vários momentos de sua passagem pela vida.

Especificamente com relação à periodização do desenvolvimento humano, a análise do modo pelo qual sujeitos, em suas narrativas autobiográficas, mapeiam sua passagem pelos ciclos da vida, organizando-a em distintas etapas ou fases, busca examinar a articulação pessoal de experiências singulares com o material cultural disponível. Isto é, os vários âmbitos da cultura apresentam a seus integrantes modelos de desenvolvimento de alguma forma organizados por etapas, com caráter mais – ou menos – universalizante e mais – ou menos – prescritivo (BALTES, 1997; ERIKSON, 1998; OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2002).

Nosso interesse é justamente o de analisar as complexas relações entre o olhar do sujeito sobre suas fases de desenvolvimento e aquilo que os discursos teóricos (por exemplo, da medicina, da psicologia, da educação, etc.) e as concepções enraizadas no senso comum, no interior dos vários grupos culturais a que cada sujeito pertence, tomam como natural, adequado e desejável.

Em sua narrativa autobiográfica, Antônia demonstrou olhar para sua própria vida não como um fluxo homogêneo de acontecimentos, mas como um processo organizado em períodos com diferentes significados pessoais, os quais dialogam claramente com significações culturalmente construídas. Com relação aos primeiros anos de vida, por exemplo, ela apresenta uma infância quase sem lembranças, marcada pelo trabalho árduo dos pais e sua participação em exaustivas tarefas domésticas. Quando, espontaneamente, refere-se às brincadeiras, um item tão proeminente na definição cultural da infância no mundo ocidental contemporâneo, ela o faz para afirmar que quase não brincou. Isto é, dado o conceito de infância disponível para Antônia, ela considerou importante mencionar, aos seus interlocutores na situação específica da entrevista aqui explorada, a brincadeira como um elemento relevante desse período, mesmo que fosse para afirmar sua ausência, caracterizando sua infância como “atípica”.

Albert Camus, em seu romance autobiográfico *O primeiro homem*, ilustra de forma magistral a problemática da significação multifacetada do desenvolvimento, quando relata a visita que o personagem principal, Jacques Cormery, faz ao túmulo de seu pai, que falecera quando ele tinha menos de um ano de idade. Tendo 40 anos por ocasião dessa visita, Cormery surpreende-se ao constatar que seu pai tinha apenas 29 anos ao morrer. Perturbado, sente ternura e compaixão pela morte de um jovem que é seu pai, agitando-se com algo “que não seguia a ordem natural das coisas” (1994, p.25).

A questão da “ordem natural” na passagem dos homens pela vida, como tão bem captada por Camus, não reside na idade cronológica, na maturação orgânica dos corpos que nascem, crescem e definham, mas nas subjetividades constituídas nas relações, nas lembranças, nos modos de ser que apreendemos como possíveis, adequados, “normais”. É a regulação social dos ciclos da vida que faz com que Camus identifique “loucura e caos” na situação enfrentada por seu personagem.

Nas narrativas autobiográficas, as divisões entre os períodos da vida tendem a ser pontuadas por meio de marcos de diferentes naturezas: temporais, espaciais, relativos a eventos ou a relações interpessoais. No caso de Antônia, para demarcar mudanças de fase, ela cita idade, mudanças de casa, relações amorosas, nascimento de filhos, casamento e separação, eventos inaugurais (a primeira vez que beijou, que apanhou do pai, que apanhou do marido, etc.). De modo semelhante aos significados atribuídos aos períodos, esses marcos são idiossincráticos e, ao mesmo tempo, dialogam com marcadores culturalmente estabelecidos.

Alguns desses marcos são apenas referências para a organização da narrativa, mas outros podem ser considerados pontos de viragem, os quais parecem definir transformações especialmente relevantes na vida do sujeito. Esses pontos de viragem configuram-se como feixes de acontecimentos e constituem, na maior parte das vezes, momentos de tensão, contradição, ruptura ou crise. Um bom exemplo disso na vida de Antônia é o período entre seus 15 e 16 anos. Ao longo desse tempo, ela inicia e termina um novo namoro; vai morar com um tio em outra cidade a mando do pai; começa a namorar o seu futuro marido; volta a morar com os pais; inicia a sua vida sexual; engravida; sofre uma cirurgia; foge de casa e vai morar com uma irmã em outra cidade; tem a sua primeira filha e adoece depois do parto; casa-se e muda-se para a sua nova casa. Em apenas um ano, Antônia passou por transformações profundas (objetivas e subjetivas) que lhe definiram, de modo radical, um outro lugar social e uma outra perspectiva na apreensão de si mesma.

É interessante lançar mão, aqui, de Bruner e Weisser (1995), quando explicitam três características do gênero autobiográfico que podem servir como categorias de análise relativas à perspectiva do sujeito sobre ciclos, marcadores e pontos de viragem: a seqüência, que se refere à ordenação temporal e causal dos fatos e eventos relatados; a canonicidade, relativa à constância, previsibilidade ou propriedade dos eventos; e o perspectivismo, a tomada de posição do sujeito em relação aos assuntos em discussão.

Com relação à *seqüência*, o modo pelo qual Antônia organiza seu relato evidencia que ela tem um mapa pessoal preciso do tempo vivido e uma narrativa bem ordenada e clara no que diz respeito à idade, à seqüência dos fatos, às datas e aos horários, inclusive incomodando-se com as perguntas dos entrevistadores que eventualmente interferiam na lógica do relato privilegiado por ela. Às vezes, parecia acreditar que a situação de entrevista requeria precisão de nomes e datas, esforçando-se por ser extremamente específica. Recorreu todo o tempo a modos de ordenação compartilhados, fazendo referência a datas, eventos públicos, locais especificados, tais como a véspera de Natal, o *show* de um conhecido cantor ou uma determinada cidade do interior do Estado de São Paulo. Raras vezes recorreu a um mapeamento mais auto-referido, eventualmente impreciso, desconhecido ou inconsistente do ponto de vista dos interlocutores.

O conceito de *canonicidade* é tomado por Bruner e Weisser como um recurso para a análise do mapeamento que o sujeito faz de seus eventos autobiográficos a partir de um referencial normativo (tal como “infância feliz” ou “adolescência turbulenta”), isto é, como um modelo supostamente apropriado de um ciclo da vida, que teria sido, ou não, seguido por ele. Conforme mencionado anteriormente, Antônia fez isso explicitamente, ao caracterizar sua infância, sem brincadeiras, como atípica. Agiu assim, também, ao declarar-se “doidona” na adolescência, considerando essa característica típica da idade (“quando a gente é adolescente, a

gente não quer saber, a gente quer saber das vontades da gente”). Ao longo do relato, aparecem referências a tempos cíclicos dentro do curso da vida, que são, sem dúvida, culturalmente compartilhados e relacionam-se, portanto, com o conceito de canonicidade: “a véspera de Natal”, “o dia do aniversário”, “todo sábado”, “durante a semana”, etc.

Finalmente, o *perspectivismo*, para os autores aqui referidos, é uma característica associada ao fato de o sujeito imprimir um olhar externo às situações vividas e relatadas, incluindo aí uma avaliação de si mesmo, dos outros, do modo de fazer as coisas num determinado tempo e lugar. Antônia apresenta uma clara cisão entre o tempo dos acontecimentos relatados e o momento atual de sua vida, bem como entre ela própria como narradora e como personagem de sua narração. Essa forma de relatar sua história, que separa os lugares de sujeito e objeto da narrativa, faculta a Antônia uma posição transcendente com relação ao seu próprio contexto existencial, possibilitando um olhar distanciado, posicionado, avaliador. Outra evidência dessa característica é a capacidade de Antônia, na situação de entrevista, reconhecer-se num lugar cultural diverso daquele ocupado por seus interlocutores, muitas vezes preocupando-se em explicitar informações sobre questões supostamente desconhecidas por eles, tais como a distribuição dos cômodos numa casa localizada na zona rural (o banheiro do lado de fora, por exemplo) ou o modo de desempenhar certas tarefas domésticas entre as mulheres de baixa renda (a lavagem da louça com baldes de água trazidos de uma torneira externa, por exemplo).

Assim, ordenando sua narrativa num tempo compartilhado, referindo-se a uma organização canônica e paradigmática da passagem dos sujeitos pela vida e colocando sua própria vida em perspectiva, Antônia utiliza-se de recursos próprios do gênero autobiográfico, mapeando seu percurso singular sobre o pano de fundo de um modo de desenvolvimento reconhecido e compreensível por interlocutores imersos em seu mundo cultural, ainda que com base em configurações pessoais bastante diversas.

II – Narrativas autobiográficas: cultura e constituição de subjetividades

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento não obedece a um itinerário linear, coerente e determinado, interessa-nos analisar justamente o caráter fragmentário e dinâmico da subjetividade e dos momentos contraditórios de sua constituição. A pesquisa empírica que vem sendo realizada nos tem dado a oportunidade de compreender não somente o modo como o sujeito interpreta e dá sentido à sua trajetória individual, mas também a pluridimensionalidade dos percursos individuais no interior de processos mais amplos da história e da cultura.

Concordamos com Bruner (1997) quando afirma que o estudo de autobiografias pode significar um recurso metodológico valioso para investigações no campo

psicológico, especialmente no que se refere à constituição da subjetividade, pois tais narrativas expressam um conjunto de significados construídos culturalmente pelo sujeito, o qual traz as marcas dos traços históricos e culturais internalizados pela pessoa numa determinada época e sociedade. De acordo com o autor, a disposição de narrar é inerente à condição humana e está ligada à necessidade de conservar a experiência, imprimir ordem, estabelecer continuidade, sentido e coerência à própria existência, conferindo-lhe a sensação de controle, principalmente sobre o futuro: “O si-mesmo como narrador não apenas relata, mas justifica. E o si mesmo como protagonista está sempre, por assim dizer, apontando para o futuro” (BRUNER, 1997, p. 104).

Nessa perspectiva, não existe a preocupação em verificar se o entrevistado disse a “verdade”, se o relato se aproximou ou não daquilo que “aconteceu”. O interesse está justamente “no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida” (BOSI, 1994, p. 37), mesmo que apenas no contexto daquela narrativa.

Para Bruner, o emprego de narrativas autobiográficas na pesquisa permite a obtenção de uma noção geral de um si mesmo particular em uma variedade de contextos culturalmente específicos. Desse modo, a intenção, aqui, é a de valer-se desses relatos para investigar a interdependência de fatores socioculturais que deram origem a combinações específicas na história de vida de cada indivíduo. As memórias pessoais são fontes valiosas para ajudar a compreender também as injunções históricas e culturais preponderantes em determinada época e contexto cultural.

Desse modo, a maneira pela qual a narrativa é engendrada pelo sujeito faz coro à mentalidade de uma época; pela autobiografia, situamo-nos no mundo simbólico da cultura. Mas, ao mesmo tempo, os relatos autobiográficos servem para nos singularizar. Depois de nos comprometermos com uma versão particular, o passado torna-se essa versão ou modula-se segundo ela. Ainda, a autobiografia pode omitir assuntos cruciais capazes de produzir efeitos sensíveis no presente: essa é a natureza interpretativa do auto-relato (BRUNER; WEISSER, 1995). Como avalia Viñao, a memória é tão seletiva quanto o esquecimento:

Todos, sem exceção, recriamos o passado e mesclamos recordações e esquecimentos. A memória não é um espelho, mas um filtro, e o que sai, por meio desse filtro, não é nunca a realidade mesma, mas uma realidade sempre recriada, reinterpretada e, às vezes, inclusive, consciente ou inconscientemente imaginada até o ponto que pode chegar, na mente daquele que recorda, a substituir, com vantagem, o realmente acontecido (1999, p.83-84).

De modo geral, é possível dizer que essas lembranças estão agrupadas de acordo com uma hierarquia: os hábitos (resíduos, conscientes ou não, do passado); as recordações (mais fortes e impregnantes); os mementos (aquelas recordações preciosas, guardadas e recuperadas propositalmente da grande “massa” de recordações) (LOWENTHAL, 1981).

No início do século XX, Maurice Halbwachs começou a dar contornos àquilo que ele denominou de “quadro social da memória”. Diferentemente da tese bergsoniana, que encarava a memória como a preservação pura do passado e a possibilidade de sua ressurreição pela lembrança, para o sociólogo francês são os grupos sociais que determinam aquilo que é “memorável” e também a maneira como será recordado. Desse modo, a memória individual desenvolver-se-ia a partir de um lastro comunitário, que sustenta e dá forma a essas recordações.

Segundo Halbwachs (1990; 1976), a memória estrutura-se em identidades de grupo: recordamos nossa infância como membros da família; nosso bairro, como membros da comunidade local; nossa vida profissional, em razão do universo do trabalho. A memória, assim entendida, permite a redescoberta e a valorização da identidade social de que o sujeito é depositário. Os grupos sociais constroem, portanto, suas próprias imagens de mundo, estabelecendo uma versão acordada do passado. Ela está relacionada ao pertencimento afetivo desse grupo; sem esse enraizamento, é difícil lembrar.

O passado lembrado é, pois, tanto pessoal quanto coletivo, mas, como forma de consciência, a memória é, em princípio, totalmente pessoal. É na privacidade que lembramos. E as memórias permanecem privadas até que decidamos torná-las públicas (LOWENTHAL, 1981).

O passado tem uma existência material concreta e está inscrito nas estruturas do presente, mas não é sua reedição. Ele é uma reconstrução filtrada pelas seleções que a memória opera. Há, portanto, um diálogo permanente entre essas duas instâncias: enxergamos e questionamos o passado com os olhos do presente, e o passado sempre nos coloca condições e novas questões no presente. O conteúdo das memórias sempre será avaliado com base nos recursos, imagens e idéias atuais, pois lembrar não é reviver, mas re-fazer, re-construir e re-elaborar as experiências do passado (POLLAK, 1989; THOMPSON, 1992). Sendo assim, o indivíduo, ao elaborar uma narrativa autobiográfica, pode subestimar ou superestimar aspectos que considera mais – ou menos – legítimos na sua trajetória, pertinentes ao contexto em que a narrativa é produzida (LAHIRE, 2004; FERRAROTI, 1983).

Em síntese, podemos afirmar que a memória é crucial para sabermos o que fomos, confirmar o que somos e projetar o que queremos ser. Nesse sentido, a autobiografia é uma atividade de posicionamento, quase de navegabilidade (BRUNER; WEISSER, 1995). Também para Bakhtin, a narrativa autobiográfica tem a função de organizar as experiências vividas e dar sentido à própria vida:

O valor biográfico pode ser o princípio organizador da narrativa que conta a vida do outro, mas também pode ser o princípio organizador do que eu mesmo tiver vivido, da narrativa que conta a minha própria vida, e pode dar forma à consciência, à visão, ao discurso, que terei sobre a minha própria vida (1992, p.166).

No caso de Antônia esse processo é bastante evidente. Ela relata uma condição de opressão e de submissão: mulher, pobre, dominada pelo pai e pelo marido e, mais tarde, depois de sua separação, prostituta. Mas, ao fazer um balanço de sua vida, articula suas experiências de modo a se auto-retratar como uma pessoa vitoriosa, guerreira, independente e dona de seu destino. Sua narrativa é marcada por um tom épico e triunfal, que parece explicar o seu passado, confirmar a sua identidade atual e orientar o seu futuro.

É importante destacar que, de acordo com as teses de Bakhtin, aquilo que o sujeito narra sobre si mesmo não deve ser entendido como uma expressão de um discurso solitário e individual, já que outras vozes se incorporam permanentemente ao discurso do narrador. É por essa razão que o autor chama a atenção para a polifonia de vozes e para a intertextualidade envolvidas na construção da memória.

Uma parte considerável de minha biografia só me é conhecida através do que os outros – meus próximos – me contaram, com sua própria tonalidade emocional: meu nascimento, minhas origens, os eventos ocorridos em minha família, em meu país quando eu era pequeno (tudo o que não podia ser compreendido, ou mesmo simplesmente percebido, pela criança).[...] Sem a narrativa dos outros, minha vida seria não só incompleta em seu conteúdo, mas também internamente desordenada, desprovida dos valores que asseguram a unidade biográfica (BAKHTIN, 1992, p.168-69).

Retornemos mais uma vez ao depoimento de Antônia. Em várias passagens de seu relato, ela explicita o olhar do outro sobre ela e como esse olhar foi internalizado, constituindo a sua auto-imagem. Por exemplo, ela se apresenta como uma mulher dinâmica, ativa, agitada, rebelde e transgressora. Comenta que seus pais sempre a haviam definido como um bebê chorão, levado e muito esperto. Ao mesmo tempo, formaliza um juízo sobre si própria que sintetiza o papel que ocupou na família a partir do discurso do outro (“Sempre fui a mais levada, a mais doida de casa sempre fui eu. Eu fui a ovelha negra da família! Fui a primeira separada da família. Eu abri o caminho”).

Ainda, falar sobre nossas vidas é eminentemente um exercício de busca de consensos. Os relatos sobre as vidas não são “elucubrações” de indivíduos isolados,

mas modos de vivenciar aquilo que está dado como necessidade ou possibilidade no mundo cultural. Tal relato embasa o olhar do sujeito sobre si mesmo, sobre os outros e sobre a cultura. Recorramos à explicação de Bruner e Weisser:

O ato de elaboração da autobiografia, longe de ser a “vida” como está armazenada nas trevas da memória, constrói o relato de uma vida. A autobiografia, em poucas palavras, transforma a vida em texto, por mais implícito ou explícito que seja. É só pela textualização que podemos “conhecer” a vida de alguém. O processo da textualização é complexo, uma interminável interpretação e reinterpretação (1995, p.149).

O depoimento de Antônia evidencia o modo complexo e particular de lidar com as condições de classe social, gênero, geração, escolaridade, etc. e o impacto desses fatores na maneira como narra sua história e explica sua singularidade. Por exemplo, apesar de ter passado sua juventude sob um regime militar repressivo, não faz menção alguma a esse fato. Apesar de ter estudado por quatro anos e completado a primeira etapa da escola fundamental, não se refere espontaneamente à escola em todo seu depoimento.

Sendo assim, dado o caráter coletivo das memórias, elas possibilitam também a construção de um painel geral do material cultural recebido e processado pelos indivíduos ao longo da vida. Nossa intenção, todavia, não é a de empregar dados biográficos para ilustrar formas típicas de comportamento, fruto daquilo que Pierre Bourdieu (1996) chamou de “estilo próprio de uma época ou de uma classe”, mas a de investigar a interdependência de fatores que originaram combinações específicas na história de vida de cada indivíduo (ELIAS, 1994).

III – As tensões da contemporaneidade: repercussões subjetivas

Segundo Pierre Bordieu (1996), trata-se de um equívoco conceber o empreendimento autobiográfico como uma construção de coerência e originalidade, visto que nele se multiplicam intercorrências e sobredeterminações de várias ordens. Baseado na extração de uma lógica inteligível entre estados sucessivos de um desenvolvimento tomado como necessário, o relato autobiográfico é constituído pela atribuição de continuidade e causalidade às experiências vitais e aos significados a elas conferidos. Para tanto, segundo Bordieu, dispomos de “todo tipo de instituições de totalização e de unificação do eu” (p.186).

Dentre tais instituições, destaca-se o próprio gênero autobiográfico como modalidade discursiva típica da modernidade. Jorge Larrosa afirma que Rousseau, na condição de um dos pilares do pensamento moderno, é o precursor da autobiografia moderna, e que “com ela se abre o arco da literatura subjetiva: essa

literatura na qual reina o ponto de vista de um ser que diz *eu* [...]. Para isso, tem de ancorar o eu, fixá-lo, colocá-lo no resguardo de tudo o que ameaça, assegurar sua identidade e sua continuidade” (2001, p.23).

O gênero autobiográfico parece, assim, figurar como um dos artefatos culturais marcantes da era moderna, esta vetorizada pela idéia nascente de sujeito, encarregado de levar a cabo a tarefa de tornar-se primeira pessoa, uma identidade exclusiva.

Michel Foucault (2003, 1999, 1996, 1987, 1979) é o teórico que talvez melhor explicita a invenção do sujeito moderno e seu projeto identitário. A partir da hipótese da fundação de uma sociedade disciplinar, o autor detecta um modo inédito na história humana de fabricar formas de vida (sujeitos, mais precisamente), de acordo com procedimentos minuciosos voltados à racionalização e à normalização do espaço, do tempo e dos corpos dos indivíduos sob a tutela das instituições sociais.

Ao contrário de tomar a subjetividade como expressão de uma suposta natureza humana intrínseca ou natural, trata-se aqui de situá-la em relação às práticas históricas e culturais a que os indivíduos se submetem, a título de se fazerem reconhecer como entidades subjetivas. Segundo o autor, o objetivo último da sociedade disciplinar é o aprendizado paulatino do auto-governo, isto é, visa que todos e cada um sejam capazes de dizer a si mesmos qual a destinação mais apropriada, produtiva e saudável de sua força vital. Isso significa que nos tornamos sujeitos à medida que podemos ser situados junto a um sem-número de relações de poder/saber materializadas nas práticas sociais correntes em determinado tempo histórico.

Tendo em vista as intensas transformações societárias das últimas décadas e, em particular, os processos de desinstitucionalização (DUBET, 1996; 1998) ou de desregulamentação (BAUMAN, 1998; 2001) das práticas socioculturais em curso, torna-se imprescindível analisar o impacto da contemporaneidade na constituição das subjetividades.

Se, antes, os ritos institucionais designavam modos de subjetivação mais ou menos lineares, lastreados temporal e espacialmente nos processos de institucionalização, teríamos agora subjetividades essencialmente descentradas. Segundo Stuart Hall (2003), as identidades pessoais contemporâneas estão atravessadas por processos de fragmentação, descontinuidade e provisoriade.

Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação

cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (p.13).

O relato de Antônia é pródigo nesse sentido. Ela parece não se prender por muito tempo a nenhum modelo identitário específico. Antes, seu trajeto pessoal mostra uma espécie de visitação de vários papéis socioculturais, todos experimentados no próprio corpo, tomado como laboratório de experiências de dilatação e contração de ditames morais, e, portanto, como testemunha ocular das transformações históricas das últimas cinco décadas. Por exemplo, casou-se grávida ainda adolescente. Ocupou o lugar de mãe zelosa e esposa submissa por uma década e meia. No início dos 30 anos, abandonou o marido, com quem afirma nunca ter obtido realização sexual. Teve posteriormente várias aventuras amorosas, por meio das quais diz ter descoberto o prazer sexual. Mais tarde, chegou a se prostituir por determinado período, em relação ao qual não declara constrangimento ou vergonha. Logo em seguida, nova mudança: a adoção de uma criança, seu quinto filho. Uma década mais tarde, já no início dos 50 anos, casou-se com um homem bastante mais novo do que ela, com quem estabeleceu, segundo ela, uma relação sólida e satisfatória em termos sexuais e afetivos. Tais dados demonstram as várias facetas de sua *bricolage* identitária.

Outra marca significativa do relato de Antônia é o descompasso valorativo entre o passado e o presente da memória. É recorrente a expressão “antigamente era diferente”. Por exemplo, o tipo de educação de que foi alvo é oposto ao que alega ter oferecido aos seus filhos. Várias outras passagens de seu depoimento indicam a abdicação voluntária dos modelos tradicionais (coletivos) em favor de seu modo “revolucionário” (pessoal) de apreensão dos lugares sociais de mãe, de esposa, de mulher, etc. – o que finda por conferir a sua narrativa autobiográfica um certo tom triunfalista, porque individualizado, personalizado.

Tal modo de significação da própria história parece ser consoante ao que Gilles Lipovetsky (1983) nomeia como “processo de personalização”, segundo o qual

o ideal moderno de subordinação do individual às regras racionais colectivas foi pulverizado; o processo de personalização promoveu e encarnou maciçamente um valor fundamental, o da realização pessoal, do respeito pela singularidade subjectiva, da personalidade incomparável (p.9).

Nesse sentido, Antônia relata dois fatos dignos de nota. O primeiro, no passado: por ocasião do rompimento do primeiro casamento e em fuga do marido, ela adota um novo nome (em homenagem a um famoso cantor brasileiro, de quem

declara ser fã incondicional) e uma nova aparência (tinge seus cabelos de outra cor); ambos – nome e aparência – ela conserva até hoje. O segundo fato, no presente: ela declara ter “pavor de envelhecer”, pois não quer que a “vejam velha, enrugada”. Ela alega viver exclusivamente o “hoje” e procura “não pensar no passado”. Por essa razão, sua palavra de ordem parece ser recomeçar sempre.

Antônia parece corresponder fielmente à imagem-síntese do homem contemporâneo proposta por Zygmunt Bauman (1998). Mediante a incerteza e a indeterminação do mundo atual, trata-se, subjetivamente, de reunir um conjunto de auto-imagens instantâneas marcadas por uma sucessão de “novos começos”; estratégia oposta, portanto, à lenta e gradual construção identitária antes assegurada pela durabilidade e constância, já em desuso, dos papéis institucionais clássicos.

Premidos por tais circunstâncias sócio-históricas, os sujeitos contemporâneos ter-se-iam confinado, segundo Bauman, na condição de “coletores de sensações, colecionadores de experiências”; experiências episódicas e descontínuas das quais só lhes restaria apropriar-se no plano da consciência individual.

Também para François Dubet (1996; 1998), o modo prioritário de ordenação subjetiva dos atuais contextos socioculturais dá-se pela noção de “experiência”. Isso porque, segundo o autor, as transformações dos “modos de produção dos indivíduos” apontam para um crescente processo de desinstitucionalização do quadro societário. Antes, as instituições clássicas figuravam como o conjunto de papéis e valores que fabricavam individualidades por meio da interiorização de seus princípios gerais. Atualmente, tal modelo de organização sociocultural ter-se-ia desestabilizado, dando lugar a uma crise progressiva.

No cenário institucional clássico (assim como delineado por Foucault), a personalidade individual posicionava-se como efeito, ao passo que os papéis institucionais se firmavam como catalisadores dos processos de socialização. Aqui, a crise anunciada por Dubet revela-se de acordo com a seguinte equação: “No curso dos processos de desinstitucionalização, a personalidade pensa antes do papel. É ela que constrói o papel e a instituição” (1998, p.31).

Sendo assim, as tensões da contemporaneidade parecem encontrar sua expressão máxima no fato de os sujeitos terem de ordenar, por si mesmos, o sentido e o valor de seu itinerário pessoal, antes hipotecados aos lugares e papéis ofertados pelas diferentes instituições sociais clássicas. Daí a noção de “experiência individual” como reguladora dos processos de subjetivação na contemporaneidade.

Em suma, nos dias atuais, os processos de subjetivação parecem dar-se à medida que coletamos um conjunto de “experiências individuais” memoráveis e delas podemos dispor no plano discursivo. Daí, de um lado, a profusão de empreendimentos de cunho autobiográfico na contemporaneidade e, de outro, sua eficácia como artefato simbólico de subjetivação.

IV – Desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: perspectivas

Para a abordagem do objeto de que nos ocupamos na pesquisa em foco, a autobiografia foi utilizada ao mesmo tempo como forma de coleta de dados empíricos e como lócus de subjetivação, no qual o sujeito, ao narrar-se em sua passagem pela vida, no tempo histórico atual, explicita uma configuração de si mesmo balizada por limites e possibilidades definidos a partir das múltiplas tensões socioculturais que designam a contemporaneidade. Desta feita, o exame do relato autobiográfico de Antônia aponta para fecundas perspectivas de investigação da temática do desenvolvimento psicológico.

Uma tensão teórico-metodológica em psicologia apresenta-se como especialmente relevante para a compreensão do problema do desenvolvimento do ser humano em sua passagem pelos ciclos da vida. Por um lado, o psiquismo tomado genericamente como objeto pela psicologia, isto é, quando não adjetivado, parece referir-se àquele de um ser psicológico abstrato, genérico, descontextualizado, universal. Isto é, quando a psicologia estuda temas como “a memória”, “a percepção”, “a linguagem”, “as emoções”, “as relações interpessoais”, etc., estaria construindo conhecimento sobre todo e qualquer ser humano, de modo geral. Basta, no entanto, examinar os contextos em que as pesquisas empíricas se realizam para verificar que esse personagem aparentemente a-histórico é, de modo geral, bastante bem definido em termos histórico-culturais: é um ser humano adulto, “típico” e pertinente a grupos culturais contemporâneos, urbanos, escolarizados e de estratos sociais médios. Quando o personagem em foco é outro, torna-se necessário qualificá-lo de antemão. A psicologia passa a ser, então, psicologia diferencial, psicologia cultural, psicologia do adolescente, psicologia da deficiência, etc.

Por outro lado, quando a disciplina se qualifica como “psicologia do desenvolvimento”, aquele adulto que era o objeto central da psicologia geral (sem qualificativos) praticamente desaparece e o olhar se volta para os bebês, para as crianças e, parcialmente, para os jovens. Os adultos parecem não estar em desenvolvimento e, em geral, não são focalizados pelo olhar genético desse ramo da psicologia.

Podemos definir desenvolvimento, sinteticamente, como transformação. Processos de transformação ocorrem ao longo de toda a vida do sujeito e estão relacionados a um complexo conjunto de fatores. Os estágios de desenvolvimento habitualmente definidos nas teorias psicológicas dominantes focalizam o indivíduo isolado e as transformações que ocorrem para todos os seres humanos de forma similar. Ao proceder desta maneira, a psicologia tem-nos fornecido modelos de desenvolvimento baseados principalmente nos processos de maturação biológica, universais para todos os membros da espécie humana. Entretanto, a maturação biológica, essencial para o processo de desenvolvimento, não representa sua totalidade: as transformações mais relevantes para a constituição do desenvolvimento tipicamente humano não estão na biologia do indivíduo, mas

na psicologia do sujeito. Transformações muito mais referidas, portanto, às circunstâncias histórico-culturais e às peculiaridades das experiências de cada sujeito.

No âmbito da psicologia, além da ênfase nos processos de origem biológica, a busca da universalidade como meta maior do empreendimento científico tem resultado na apresentação daquilo que é historicamente contextualizado como sendo universal. Pensemos, por exemplo, nos grandes períodos em que usualmente a vida humana tem sido dividida: a infância, a juventude, a idade adulta e a velhice. Essas etapas têm sido apresentadas como universais e associadas a características comuns a todos os grupos humanos e pessoas: a infância como o período em que ocorrem as experiências que teriam efeito determinante e configurador de todo o desenvolvimento posterior; a juventude como a época das mudanças drásticas e turbulentas; a idade adulta como o momento de estabilidade e ausência de mudanças drásticas; e a velhice como sinônimo de declínio dos processos psicológicos.

Por não levar em conta aspectos da história cultural e singular dos sujeitos, a perspectiva clássica, em psicologia, não contempla satisfatoriamente a multiplicidade de possibilidades de desenvolvimento humano. Ademais, ela parece não admitir que os processos de desenvolvimento psicológico comportam uma duplicidade essencial: os acontecimentos e o que se pode significar deles (seu processamento psíquico). No espaço da relação entre ambos, é importante que a indeterminação não seja negada no plano teórico em favor de uma causalidade imediatista, sob pena de se ver criar uma apropriação determinista desses mesmos acontecimentos.

A análise simultânea das singularidades dos sujeitos e as recorrências observáveis entre eles, bem como das tensões entre os acontecimentos e seus múltiplos significados, requer a formulação de novas perspectivas teórico-metodológicas em psicologia.

Na pesquisa aqui focalizada, temos procurado investigar como os fatores presentes nas trajetórias individuais (o contexto sociopolítico, o universo familiar, o tipo de educação doméstica e escolar, o ambiente intelectual, os incidentes imponderáveis, os episódios marcantes, o tipo de interação com as pessoas, o círculo de amizades, etc.) são narrados e interpretados pelo próprio sujeito, entendendo-os como parcialmente responsáveis pela constituição das subjetividades.

Isso significa tomar as histórias de vida como ocasião necessária (mas não suficiente, talvez) de ordenamento subjetivo da sucessão de experiências conformadas por acontecimentos aleatórios, episódicos, indeterminados e, sobretudo, significados não mais de modo coletivo ou público.

Trata-se, enfim, de compreender as narrativas autobiográficas como uma espécie de dispositivo sociocultural de repatriamento de experiências subjetivas fragmentárias, provisórias e dispersivas, já que estas parecem representar sua condição de possibilidade no mundo contemporâneo.

Como tais experiências pessoais se dispõem nas narrativas autobiográficas? Articulam-se, dissociam-se, justapõem-se? Quais as estratégias de ordenação discursiva empregadas mediante a tarefa de selecionar e dispor as lembranças definidoras do lugar de sujeito do (e no) mundo contemporâneo? Com quais tintas, afinal, escreve-se a própria história?

Se assim ajuizadas as relações entre desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades, talvez possamos compreendê-las como aconselha Ítalo Calvino (1990, p.138):

Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BALTES, Paul B. Theoretical propositions of life-span developmental psychology: on the dynamics between growth and decline. *Developmental Psychology*, 23(5): 611-626, sept 1987.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 183-91, 1996.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.

BRUNER, Jerome. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BRUNER, Jerome e WEISSER, Susan. A invenção do ser: a autobiografia e suas formas. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMUS, Albert. *O primeiro homem*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. *Revista Contemporaneidade e Educação*, ano 3, v.3, p.27-33, 1998.

DUBET, François. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. São Paulo: Jorge Zahar, 1994.

ERIKSON, Erik H. *O ciclo de vida completo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

- FERRAROTI, Franco. (org.) *Histoire et histoires de vie: la méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 8.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Mouton, 1976.
- LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LEWIS, Michael. *Alterando o destino: porque o passado não prediz o futuro*. São Paulo: Moderna, 1999.
- LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. Lisboa: Relógio D'água, 1983.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto história: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1981, p.63- 104.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto. *Educação e Pesquisa*, 30(2): 211-229, maio/ago 2004.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de; TEIXEIRA, Edival. A questão da periodização do desenvolvimento psicológico. In: OLIVEIRA, Marta K. de, SOUZA, Denise T.R. e REGO, Teresa C. (orgs). *Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, CPDOC/FGV, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, Vértice, 1989/3.
- SOARES, Magda Becker. *Metamemória-memórias: travessia de uma educadora*. São Paulo: Cortez, 1990.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VINÃO, Antonio. Las autobiografías, memorias y diarios como fuente histórico-educativa: tipología y usos. *Sarmiento: Anuario Galego de Historia de la Educación*. Espanha, Universidade de Vigo, 1999, n. 3, p. 223-253.

VYGOTSKY, Lev S. *A Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev S.; LURIA, Alexander R. *Estudos sobre a história do comportamento*. São Paulo: Artmed, 1997.

Recebido em 02 de março de 2006 e aprovado em 28 de abril de 2006.